Amadeu Colaço, Reforma do Novo Regime do Arrendamento Urbano. António Menezes Cordeiro, Leis do Arrendamento Urbano Anotadas. José Castelo, Arrendamento.

Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, Arrendamento Urbano.

Laura Ferreira dos Santos, Testamento Vital.

Ulf Bergquist, Domenico Damascelli, Richard Frimston, Paul Lagarde, Felix Odersky, Barbara Reinhardt, Commentaire Du Règlement Européen sur Les Successions — Dalloz 2015.

Isidoro Calvo Vidal, El certificado Sucesorio Europeo — Wolters Kluwer, 2015

J. A. Mouteira Guerreiro, Noções Elementares de Direito Registral (Predial e Comercial).

Silva Pereira, Do Registo das Acções, Boletim dos Registos e do Notariado, Fevereiro de 2004, Anexo.

Artigos publicados na *Web*:

André Gonçalo Dias Pereira, O consentimento informado na experiência europeia:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14549/1/Aspectos%20o%20consentimento%20informado%20e%20do%20testamento%20Vital%20Andr%C3%A9%20Pereira%20Ribeir%C3%A3o%20Preto.pdf>

Associação Portuguesa de Bioética, Relator Rui Nunes, Estudo n.º E/17/APB/10 — Testamento Vital:

http://www.sbem-fmup.org/fotos/gca/1284923005parecer-testamento_vital.pdf

Parecer 59 do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida:

http://www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1293115760_Parecer%2059%20CNECV%202010%20DAV.pdf

J. A. Mouteira Guerreiro, Publicidade e Princípios de Registo, <http://cenor.fd.uc.pt> (publicações)

Silva Pereira, Registo das Acções (Efeitos), <http://cenor.fd.uc.pt> (publicações)

“Novo Processo de Inventário”, Guia Prático, Centro de Estudos Judiciários, http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/novo_processo_de_inventario.pdf

312011962

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 1414/2019

Por despacho de 2019.01.16 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária e nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 269/2012, de 3 de setembro, foi nomeada, em comissão de serviço, para integrar o Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA)/Sede, a Inspetora de escalão 1, licenciada Patrícia Marques da Costa Dantas de Miranda, do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, com efeitos a 28.01.2019. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

22 janeiro de 2019. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*, Chefe de Área.

312004307

ADJUNTO E ECONOMIA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 1415/2019

Nos termos da alínea *i*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, determino, por meu despacho de 14 de dezembro de 2018 e a requerimento da interessada, a cessação da comissão de serviço da mestre Regina Maria Esteves Pimenta, no cargo de Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Estratégica, cargo de direção intermédia de 2.º grau, para a qual foi designada pelo Despacho n.º 6964/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 10 de agosto.

O presente despacho produz efeitos a 1 de fevereiro de 2019.

24 de janeiro de 2019. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

312010569

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1416/2019

Em Portugal, o ensino superior e o sistema de ciência e tecnologia têm conhecido um processo de internacionalização sem precedentes, alcançando um reconhecimento a diversos níveis. Uma das dimensões em que se expressa esta crescente internacionalização é a intensificação da mobilidade de estudantes e investigadores estrangeiros, sendo de especial realce a duplicação dos estudantes de nacionalidade estrangeira desde o início da década, representando hoje cerca de 50.000 inscritos e 13 % do total de estudantes de ensino superior.

O ingresso de estudantes estrangeiros está a alterar a identidade e cultura de muitas das instituições de ensino superior e das regiões onde estão localizadas, especialmente nas regiões de menor pressão demográfica, onde se registou o crescimento muito significativo de estudantes internacionais nos últimos anos.

O Governo tem a internacionalização como um dos eixos estratégicos na área governativa da ciência, tecnologia e ensino superior, obviamente articulada com as demais políticas públicas de internacionalização, e tem desenvolvido diversas iniciativas neste âmbito.

A promoção do programa «Estudar e investigar em Portugal» (ou «Study and Research in Portugal»), a simplificação do processo de acesso e permanência, em Portugal, por parte de estudantes oriundos de países terceiros, através da revisão do quadro legal do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, bem como a revisão do Estatuto de Estudante Internacional operada através do Decreto-Lei n.º 62/2018, de 6 de agosto, contribuem para aumentar a atratividade internacional de Portugal para os estudantes internacionais.

Nesse contexto, o presente despacho vem reforçar a capacidade de recrutamento de estudantes internacionais dos estabelecimentos de ensino superior privados, o que faz por via das seguintes medidas:

a) O aumento global do número de vagas, que passam a ser fixadas até 30 % do total das vagas dos concursos institucionais e concursos especiais, quando eram fixadas até ao momento em 20 % do total dos concursos institucionais;

b) A consideração apenas das vagas ocupadas no 1.º ano curricular para efeitos de verificação do cumprimento dos limites das vagas fixadas, à semelhança do que já sucede nos concursos de mudança de par instituição/curso e nos demais concursos especiais, sem prejuízo do necessário respeito pelos limites definidos no ato de acreditação dos ciclos de estudos em causa;

c) A possibilidade excepcional de ultrapassar os limites de vagas fixados, mediante despacho do diretor-geral do Ensino Superior, quando verificadas determinadas condições cumulativas.

A conjugação das medidas aprovadas pelo presente despacho resulta num aumento muito expressivo do número máximo de vagas a afetar por estabelecimentos de ensino superior privados ao concurso especial para estudantes internacionais.

Assim, ouvida a Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado, e ao abrigo do disposto na alínea *d)* do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março, na sua redação atual, estabeleço os limites para a fixação das vagas para os concursos especiais de acesso e ingresso para estudantes internacionais para o ano letivo 2019-2020 nos seguintes termos:

Artigo 1.º

Estabelecimentos e ciclos de estudos abrangidos

São abrangidos por estas orientações os ciclos de estudos de formação inicial ministrados pelos estabelecimentos de ensino superior privados.

Artigo 2.º

Vagas abrangidas

São abrangidas por estas orientações as vagas a fixar para os concursos especiais de acesso e ingresso para estudantes internacionais regulados pelo Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março, na sua redação atual, para o ano letivo 2019-2020, adiante designados «concursos para estudantes internacionais».